

APREDIZAGEM E DISCIPLINA: VIVÊNCIAS E EQUÍVOCOS NA DINÂMICA EDUCACIONAL

Marília de Araújo Fontenele/UVA¹
Francisco Ullissis Paixão e Vasconcelos/UVA²

RESUMO

Pensando o modelo educacional vigente e nas exigências contidas nesse modelo que almejam o sucesso escolar do aluno, buscamos por meio desse trabalho avaliar as vivências no contexto escolar sobre os termos disciplina e aprendizagem, procurando entender se os termos estão interligados ou não. Desse modo discutimos junto a alguns autores o real sentido de aprendizagem e o modo como a falta de disciplina tem sido abordada como justificativa para casos de alunos que não aprendem determinados conteúdos. Dentre esses autores optamos por: Freire (1996), Perrenoud (2000), Paro (2011), Ribeiro (2003) que apresentam em seus trabalhos contribuições que dão conta de nosso objeto de estudo. Com isso fizemos uma pequena amostragem de uma pesquisa feita com alunos da sala de aula do 3º ano do Ensino Fundamental I, de uma escola privada no município de Tianguá a 96 km de Sobral trata-se do colégio IET, Instituto educacional de Tianguá. Pretendo realizar uma pesquisa de caráter observador buscou-se observar as normas de convivências exigidas nas salas de aulas do Ensino Fundamental e observar as relações estabelecidas com o tema aqui discutido. pelos dados coletados analisamos o anseio docente diante da perspectiva de aprendizagem e suas principais queixas relacionadas à indisciplina.

Palavras-chave: Aprendizagem. Disciplina. Indisciplina.

1. INTRODUÇÃO

Analisando o processo educacional e as diversas esferas em que se realizam esse processo, percebe-se o quanto as temáticas relacionadas à aprendizagem tem sido o foco das discussões de dentro e fora da sala de aula abrangendo horizontes familiares e institucionais. Há ainda uma preocupação em discutir os reais valores da aprendizagem, quando ela ocorre e de que forma esta acontece na vida escolar de nossos aprendizes. A perspectiva deste trabalho tem como foco a dinâmica escolar, sobretudo quando esta toca o conceito de disciplina, que por princípio parece ser considerado enquanto fator preponderante para que haja aprendizagem, seguindo uma lógica positivista que mergulha as escolas em um formalismo educacional exagerado, fazendo com que a ideia positivista de ordem ainda se apresente com único caminho para o aprender. Consideramos isso a partir do pensamento de Ribeiro (2003) quando afirma que

O positivismo não aceita as classes como o significado geralmente empregado na atualidade. Aceita sim, que em toda a sociedade, desde a mais primitiva, há dirigentes e dirigidos. Os dirigentes devem sempre ser os mais capazes, isto é, aqueles que influenciam na educação e na cultura da espécie humana: são os sacerdotes, os filósofos, os cientistas, os jornalistas, os professores etc., ou melhor, os teóricos que modificam o pensamento dos indivíduos através da sua pregação e da sua conduta moral. (p. 22).

Nesse contexto frisamos atitudes que estão de certo modo contidas e apresentadas dentro dos métodos de formalismos que defendem uma ordem, que não necessariamente corresponde a um resultado de ensino, tais como o apego aos horários institucionalizados, as regras pré-estabelecidas

¹Graduada em Geografia licenciatura pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

²Doutor em Educação. Mestre em Ciências da Educação. Psicopedagogo. Psicólogo. Pedagogo. Professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

como condição para o aprendizado e a disposição dos espaços físicos das escolas (salas de aula e pátios) e até mesmo os momentos de intervalos pensados para que tudo seja uma continuação dos momentos onde conteúdos são expostos.

Partindo dessa análise nos propomos a discutir o real significado do termo aprendizagem, confrontando os termos disciplina como foco positivo, negativo ou neutro nesse processo. Corrêa argumenta que é importante conhecer as diferentes teorias que se referem à aprendizagem, porém é imperativo que compreendamos o modo como as pessoas aprendem e as condições precisas para que essa aprendizagem ocorra. E como nos diz Freitas (et al 2006), “na aprendizagem escolar, existem os seguintes elementos centrais, para que o desenvolvimento escolar ocorra com sucesso: aluno, o professor e a situação de aprendizagem” (2006, p. 3).

2. METODOLOGIA

A pesquisa é de caráter qualitativa (Roratto, 2010) na modalidade de estudo de caso (Bogdan & Biklen, 1994). Os trabalhos de campo se desenvolveram em uma escola de nível Fundamental situada no município de Tianguá – Ce, onde selecionamos a sala do 3º ano do Ensino Fundamental I, com um número de 23 alunos. Os instrumentos utilizados foram entrevistas semiestruturadas e observações não-participantes.

3. PROBLEMATIZAÇÃO

O termo disciplina é bastante abordado pelos educadores como ponto chave para a aprendizagem, porém não podemos discutir tal tema, sem antes sabermos que o contrário de disciplina, é indisciplina. O termo indisciplina refere-se ao “procedimento ou ato dito contrário a disciplina: desobediência, desordem, rebelião”. Então concluímos que indisciplinado é aquele que “que não cumpre a disciplina” e disciplinado é aquele que obedece sem questionar as regras.

Para muitos educadores a indisciplina é causada por fatores externos como a influência dos meios de comunicação, desestrutura familiar, ausência de valores, falta de limite imposto pelos pais entre outros termos. O fato é que na escola a falta de motivação dos alunos e professores, as condições de ensino e a não clareza das regras também acarretam indisciplina escolar. Mais uma vez questionamos a ideia de positivismo defendida por Augusto Comte (Ribeiro, 2003) uma vez que acreditamos que a aprendizagem não precisa seguir uma sequência exata de ordem dos fatos, dominada assim por um falso formalismo educacional, sem contar que a disciplina como argumentada pela escola é da ordem da moral e não de ordem cognitiva.

Partimos do pressuposto de que o homem enquanto ser complexo deve encontrar na prática educacional, condições propícias para se relacionar e aprender e isso o coloca em situação de permanente formação, como argumenta Freire (1996):

A prática educativa deve desenvolver: um caráter formador, propiciar relações, treinar a experiência do ser social que pensa, se comunica, que tem sonhos que tem raiva e que ama. Baseado nessa filosofia, o educador deve dar a devida importância à parte social do aluno, porque é nela que ele vive sua realidade dia-a-dia, é nela que ele desenvolve seus instintos e é a partir dela que a indisciplina pode desabrochar (p.46).

Portanto se a escola propõe um modelo regrado de disciplina dentro de seus muros esta também deve restringir o olhar sobre as mais diversas dimensões humanas dos sujeitos da aprendizagem e realidades em muitos casos carregadas de problemas e contradições adquiridos nos ambientes onde estão inseridos.

É comum ouvirmos em nossos ambientes escolares que se a sala não estiver com todos os alunos calados, não se aprende nada. Definir-se o ambiente favorável à aprendizagem caracterizado pelo domínio, da escola, do educador sobre o educando é no mínimo, um equívoco, pois a função política e sociopedagógica deve favorecer aos educandos condições para construção de novos saberes e, conseqüentemente, aprenderem. Entretanto, as condições de aprendizagem de que precisam os alunos não necessariamente estão definidas por regras de comportamento. Desse modo percebemos que as condições externas, embora importantes, não absolutas e determinantes para que ocorra aprendizagem.

É nessa compreensão que Souza Filho (2008) argumenta que a psicopedagogia remete a uma visão do sujeito ativo num processo interativo com o meio físico e social. Contudo, é certa a afirmativa de que o trabalho psicopedagógico visa promover a compreensão integral da criança e do seu contexto escolar. Levando em consideração as dificuldades de aprendizagem e buscando soluções para a superação dessas dificuldades diagnosticadas.

Ainda conforme Souza Filho, as constantes queixas escolares que instigam questionamentos sobre as reais formas de ensinar e aprender são constatadas facilmente. Tal constatação é igualmente evidenciada na pesquisa de Patto (1999). Segundo esta autora, discursos e ações que efetivam medidas educacionais contraditórias e, em alguns aspectos, contraproducentes, ressalta o preconceito que permeia o campo social e educacional, além de apresentar as “características psicológicas dos integrantes das classes baixas” (p.149) cujas crianças são percebidas como “inevitavelmente rebeldes, malcriadas, carentes de afeto, apáticas, ladras, doentes, sujas e famintas” (p.150), pois são oriundas de famílias “desestruturadas, ignorantes, desinteressadas” (idem). Além de trazerem uma visão generalizante, pouco fundamentada, tais características são vistas como incentivo aos preconceitos já existentes”.

Considerando o pensamento de Perrenoud (2000) vemos a necessidade de problematizarmos as situações de aprendizagem atuais, uma vez que mais que conteúdos o que seria importante seria o desenvolvimento de competências, reconhecidas por ele como prioritárias a formação humana. Dentre as competências de Perrenoud citamos a necessidade de desenvolver nas crianças o ato de Organizar e de dirigir situações de aprendizagem, bem como administrar a progressão das

aprendizagens, conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação, envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho, trabalhar em equipe, participar da administração da escola, informar e envolver os pais, utilizar novas tecnologias, enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão, administrar sua própria formação contínua.

Tais propostas colocam a instituição escolar aberta às novas sugestões com aulas mais dinâmicas que ajudem na construção do saber, sendo que se uma escola se dedica a edificar conhecimento sólido e atrativo ela pouco se deterá em resolver dilemas relacionados a disciplina estudantil. Pois seus alunos estão mais interessados em participar de uma escola viva que os direcionem e os integrem como parte do sistema.

Paro (2011) discute que no ensino tradicional o aluno é considerado como mero receptor de conhecimentos e informações onde prevalece a ideia de que os adultos devem dar as ordens e cabem as crianças obedecer aquilo que lhes é estabelecido. Nisso percebemos que não há uma formação para a autonomia e que esse modelo tradicional ainda está enraizado em muitas escolas de forma disfarçada, mas que a fundo ainda remetem ambientes tradicionais de quem manda e quem obedece.

Desse modo procuramos saber dos educadores quais normas eles consideravam como disciplinares no processo educativo. Por meio de uma sondagem e conversas informais indagamos aos professores sobre o que estes consideravam como atos contrários as normas disciplinares e se estas causavam intervenções na aprendizagem de seus alunos. Buscamos por meio de uma pesquisa qualitativa e usando dos métodos de observação fazer uma análise das normas de convivências usadas nas salas de aula e conhecidas como acordo de convivência.

De início visitamos a escola, procuramos a professora e a questionamos como se comportava a sala e quais as queixas por ela percebidas, as respostas foram baseadas no que esperávamos, casos de indisciplina, alunos que não ficam quietos e por isso não aprendem. Procuramos ainda saber quem dava as normas na sala para que pudéssemos ter uma pequena amostra do tema trabalhado, partiu do acordo com a convivência adotada em boa parte das escolas como um método de estudo para analisarmos as normas disciplinares que os educadores anseiam em suas carreiras docentes.

Na sala do 3º ano o acordo de convivência trazia normas claras e objetivas, porém todas muito comuns exigências do cotidiano de instituições escolares. São as normas: Respeitar os colegas e professores; Não jogar lixo no chão; Não bater nos colegas; Não riscar cadeiras ou paredes; Não chamar palavrão.

Nessa seleção de cinco normas estabelecidas para se praticar em sala, procuramos saber da professora como essa seleção de normas era feita e aplicadas. Segundo a professora toda sala de aula teve participação na escolha das regras e se tratava de um costume anual da escola o momento da construção dessas regras, onde os alunos eram convidados de forma lúdica a apontarem ações que

deveriam não fazer parte da convivência estudantil. Mas para evitar casos de esquecimento dos alunos o professor julgou importante para a disciplina, sugeriu normas.

Nisso percebemos também que o fato da escolha das normas serem feitas de forma coletiva há uma intenção do educador em cobrar que todos os que concordaram façam-no agora vigorar. Entretanto foram atribuídas dificuldades em serem vivenciadas por parte de alguns alunos que teimam em burlar algumas regras em determinados momentos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise pela qual passam as escolas na atualidade não podem ser compreendidas apenas de forma localizada. A evocação por um comportamento disciplinar nos moldes daqueles existentes nos séculos XIX e XX não podem ser considerados como dados e atuais no contexto da sociedade do conhecimento global. É necessário enfrentar o desafio de questionar os sentidos das normas tradicionais que, por vezes, são muito mais geradoras de indisciplinas do que responsáveis por conter comportamentos indesejados.

Se as instituições escolares desejam “ensinar” comportamentos sociais, devem primeiro estarem cientes que estes não têm vínculo cognitivo e depois assumirem o compromisso de repensarem as normas legitimadas, questionando-as e construindo um ambiente que fomente a autonomia e o desenvolvimento de normas pertinentes e construídas coletivamente. Com isso defendemos que é possível haver aprendizagem em vários espaços e ambientes e não necessariamente ligados a uma ordem de fatos ou regras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIRMAN, J. (2000). **Entre cuidado e saber de si: sobre Foucault e a psicanálise**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. (1994). **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Coimbra: Porto editora.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 33 ed. São Paulo: Paz e terra, 1996.
- GARCIA, Lenise Aparecida Martins. **Competências e Habilidades: Você sabe lidar com isso**. Educação e ciência on-line, Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em: <www.educacao.es.gov.br>. Acessado em 25 de maio de 2014.
- RIBEIRO, Júnior João. **O que é o positivismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- PARO, Vitor Henrique. **Crítica a estrutura da escola**. São Paulo: Cortez, 2011.
- PATTO, Maria Helena Sousa. **Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz. 1999.
- PERRENOD, Philippe. **As Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- SOUZA FILHO, Lira Marcilio de. **Relações entre Aprendizagem e Desenvolvimento em Piaget e em Vygotsky: Dicotomia ou compatibilidade?** Revista Diálogo Educacional, v.8, n.23, 2008.
- TIBA, Içami. **Ensinar aprendendo. Como superar os desafios do relacionamento professor-aluno em tempos de globalização**. 16ed. São Paulo: Editora Gente, 1998.